

HABEAS CORPUS Nº 556.233 - TO (2020/0000872-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : MIGUEL VINICIUS SANTOS E OUTRO
ADVOGADOS : IURY MANSINI PRECINOTTE ALVES MARSON - TO004635
MIGUEL VINICIUS SANTOS - TO000214
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE : ERIVELTON MARINHO DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ERIVELTON MARINHO DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (HC n. 0028503-43.2019.827.0000).

No presente *writ*, busca-se a expedição de alvará de soltura em favor do paciente em razão do excesso de prazo para a formação da culpa.

O pleito urgente foi indeferido (e-STJ fl. 14).

Informações prestadas (e-STJ fls. 24/32 e 39/43).

O Ministério Público Federal manifestou-se pela extinção do processo, sem julgamento do mérito (e-STJ fls. 45/47).

É, em síntese, o relatório.

Das informações prestadas pelo Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Araguaína (TO), verifica-se que sobreveio sentença condenatória em desfavor do ora paciente em 28/2/2020 (e-STJ fl. 42)

Assim, fica superada, a toda evidência, a alegação de que havia excesso de prazo para a formação da culpa.

Dessarte, está patente que a presente impetração está prejudicada, haja vista a perda superveniente de objeto.

Tal o contexto, com fundamento no art. 34, XX, do Regimento Interno desta Corte, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator